

É reconhecida a luta dos movimentos sociais afro-descendentes e indígenas no Brasil por direitos sociais historicamente renegados, processo que se tornou mais evidente nos últimos anos, pela instauração de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras. Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa que visa acompanhar o movimento institucional de acolhimento e da gestão pedagógica do cuidado aos estudantes indígenas e aos estudantes negros que ingressaram a partir de 2008 como parte da política definida pelo CONSUN (decisão nº134/2007) que instituiu o programa de Ações Afirmativas na UFRGS. Inicialmente, o projeto dirige-se aos estudantes indígenas para averiguar as condições de ingresso e permanência; as relações com o conhecimento acadêmico, com os colegas e professores; a atuação dos monitores e tutores; os índices de aprovação e aproveitamento; a vivência da identidade étnica na universidade, bem como as relações com o curso. A investigação visa também compreender como cada estudante indígena da UFRGS se percebe como ator político étnico-racial em meio a esta dinâmica. Para tanto, realizamos entrevistas com os estudantes indígenas e participamos de reuniões institucionais. Como referencial teórico, os conceitos de *identificação*, *estar-junto* (MAFFESOLI, 1999) e *espaço social* (BOURDIEU, 2004). No entanto, não basta que a universidade abra suas portas e lave suas mãos, como denotam algumas falas dos estudantes indígenas: “é necessário o apoio da administração da universidade”. Além do aporte financeiro, mais do que isso, um “acompanhamento pedagógico total”, respeitando os modos de vida indígenas, pois “no momento em que se afastam os preconceitos dos não-indígenas, nos sentimos como um igual”, dizem - iguais na diferença. Por fim, a importância deste fato para a causa indígena: “Você é de uma etnia e você trabalha voltado para isso”, afirmam.